

A Luta Anacé frente aos “imPACtos” industriais

Iara Vanessa Fraga de Santana

Pedro Vicente de Assis Neto

Rafaela Silveira de Aguiar

Valdênia Lourenço de Sousa¹

RESUMO

O artigo aborda o atual modelo de desenvolvimento e os impactos de obras do PAC em populações que ocupam o município de São Gonçalo do Amarante, localizado na região metropolitana de Fortaleza. De modo a reunir percepções colhidas por estudantes partícipes de um grupo ambientalista, que desde 2008 realizam vivências e intervenções, a fim de contribuir com a luta local pela permanência na terra. Dando enfoque às comunidades da etnia Anacé, é feito um breve apanhado histórico, que possa situar essa problemática e desvelar a contradição entre o discurso desenvolvimentista do Estado e o modo de vida tradicional. Pelo fato de este se inserir num processo de desapropriação territorial que busca atender às demandas energéticas e empresariais.

Palavras-chave: Luta Social; Modelo Desenvolvimentista; Movimento Indígena; Impactos Sócio-ambientais.

¹ Graduando/as do curso de Serviço Social da Universidade Estadual do Ceará – UECE e integrantes do Grupo de Resistência Ambiental por Outra(s) Sociabilidade(s).

INTRODUÇÃO

Em um contexto de crise ambiental e efetivação do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, um dos “carros-chefe” do Governo Federal, temos em curso, não somente no estado do Ceará, mas em todo o país, a expansão de obras que agredem comunidades, não considerando seus anseios, em prol de um pretenso desenvolvimento econômico e social.

Essa ideologia hegemônica de desenvolvimento, de progresso, de crescimento econômico, à primeira vista empolga a população “beneficiada”. No caso das comunidades que vivem na área destinada pelo governo do estado do Ceará para a ampliação e instalação do Complexo Industrial e Portuário do Pecém – CIPP, não foi diferente. Entretanto, a experiência de construção do Porto do Pecém, em 1992, já mostrou a quem realmente se destinam os benefícios do Porto. Neste momento, as comunidades pesqueiras foram expulsas de seu território, reassentadas em áreas totalmente diferentes de onde viviam. Um quadro similar ao que ocorre agora com outras comunidades, que estão na área de ampliação portuária.

Aproximamo-nos das comunidades que têm seu território cobiçado pelo Estado e pelas empresas de siderurgia, termelétrica e refinaria, quando acompanhávamos uma professora da faculdade de Medicina da Universidade Federal do Ceará – UFC, em uma palestra sobre as problemáticas trazidas à saúde por uma termelétrica a carvão mineral. Ficamos chocados com o desespero dos moradores de várias comunidades que lá estavam, pois além daquelas informações recebidas sobre a termelétrica, já estavam sofrendo ameaças de desapropriação.

Indignados e comovidos com a situação daquelas pessoas, iniciamos a construção de um documentário conjuntamente com lideranças de duas comunidades objetivando denunciar à sociedade cearense “o outro lado do progresso” tão defendido e propagado pelo governo estadual.

REFLEXOS DE UMA HISTÓRIA

Os indígenas, em qualquer contexto que for observado dentro da história mundial, foram e continuam a ser, infelizmente, um povo marginalizado. No

Brasil, com a chegada dos colonizadores europeus, os índios que aqui viviam sofreram a dominação estrangeira e desde esse período, são expropriados de suas terras e culturas injustamente.

Os exploradores tinham o pensamento eurocêntrico de que esses povos nada possuíam e se utilizavam do pretexto da chamada “Guerra Justa”, ao expropriarem os povos das terras alegando que estes estavam impedindo o progresso das expedições, portanto, da formação de uma suposta civilização.

Foi essencialmente nos anos 80 que se começou a identificar as populações indígenas emergentes no Nordeste do Brasil. No Ceará, apenas algumas etnias tiveram sua existência reconhecida, o que aconteceu recentemente com o povo Anacé, em 2006, pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e Fundação Nacional da Saúde (FUNASA), muito embora o processo de demarcação ainda esteja em andamento.

No que toca às essas comunidades tradicionais, atualmente estão sofrendo a desapropriação de suas terras em nome do desenvolvimento acarretado pelos processos de urbanização e incentivos governamentais, diante dos benefícios que trará para o Estado do Ceará como um todo. Ao menos este é o discurso utilizado pelo Estado como justificador para a ampliação e instalação do Complexo Industrial e Portuário do Pecém - CIPP.

Para se estruturar algo tão grandioso, é preciso desocupar áreas, e ao tirar essas pessoas de suas terras, todos os seus costumes e tradições se perdem. Assim, para onde irá tanta gente, viver em um local no qual nada conhecem, perdendo toda uma herança que foi construída durante tantos anos? E quanto às questões dos supostos benefícios, estes efetivamente existirão? Porquanto, as ofertas geradas de emprego ou serão temporárias ou as que forem permanentes, virão de forma especializada para trabalhadores oriundos de outras regiões. Ao ocasionar tantas transformações na cadeia produtiva, o desenvolvimento trará consigo mudanças no cotidiano comunitário, pela vinda das drogas, do tráfico sexual e outras formas de violência. Sem contar que a chegada de empreendimentos movidos a combustíveis bastante poluentes, favorecem inúmeras agressões que impactam a fauna e a flora local, por meio de ações destrutivas diretas como o desmatamento, a terraplanagem, a dragagem de lagoas e o desmonte de dunas.

Ocorre que, com o crescimento da acumulação e da exploração capitalista, o modo de vida dos povos indígenas vem sendo constantemente ameaçado, tanto relativo à sua cultura, quanto ao usufruto do ambiente. A terra, a água, as matas, bem como outras riquezas naturais, se transmutam em mercadorias nessa sociedade, usurpando-se, desse modo, o direito indígena de usufruir dos meios necessários para a manutenção do seu modo de vida.

ASPECTOS HISTÓRICOS DA ETNIA ANACÉ

Sabe-se que a participação de muitos povos étnicos foi, ao longo da formação sócio-histórica brasileira, reduzida, subtraída ou mesmo distorcida. Quanto à população indígena não foi diferente, pois a sua história ainda vem sendo resgatada, e no caso Anacé, ainda são poucos os registros documentados e difundidos para a toda a população.

O povo Anacé aparece na literatura desde o século XVII, quando o padre Antônio Vieira cita este povo em seu relato da missão na serra de Ibiapaba. O historiador Carlos Studart Filho, em sua obra “Notas históricas sobre indígenas cearenses”, documenta que os Anacé moravam junto à costa, eram guerreiros e estavam indispostos a submeter-se ao novo reordenamento imposto pela Coroa portuguesa. Em 1694, Fernão Carrilho sitiou parte dos Anacé a oito léguas ao Norte da Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção, onde permanecem até hoje. O historiador Capistrano de Abreu em sua obra “Capítulos de História Colonial” registra que, em 1749, foi redigida a Informação Geral de Pernambuco, cuja aldeia Anacé aparece administrada pelos jesuítas.

Os povos indígenas que habitavam a região da província do “Siará” foram protagonistas de heróicas batalhas contra os invasores. No entanto, muitos dos grandes historiadores ignoram a resistência e o genocídio desencadeado pelo dominador. Segundo o historiador Tristão de Araripe (História da Província do Ceará, 1850), nestas terras viviam, dentre outros, os Anacés (ou *Anassés*); os Tremembés, (ou *Teremembés*); os Areriús; os Tabajaras (ou *Tobajaras*); os Caratiús; os Inhuamuns; os Quixarás (ou *Quixadás*); os Jucás; os Quixelôs; os Canindés; os Genipapos; os Paiaçús (*Baiacus* ou *Pacajús*); os Cariús; os Cariris, os Trairís (ou *Tarairiús*), os Pitaguaris (ou *Pitagoarí*) e a nação dos Potiguaras, até então a mais numerosa

delas, que habitavam o litoral desde o Rio Grande do Norte até o Ceará, com muitas outras variações pela região. Todos esses povos foram convencioneados e denominados pelos conquistadores através da pejorativa alcunha de “tapuia”, que na língua *jê* dos povos do litoral significa “povo bárbaro”.

As terras onde se localizava, e ainda se localiza, o povo Anacé, nos municípios de Caucaia e São Gonçalo do Amarante, se caracterizam pela fertilidade que propiciam as plantações de cana-de-açúcar, mandioca, feijão, milho, caju, banana (alimentos típicos presentes na alimentação desse povo), além de outras atividades diárias como pesca, devido à proximidade com a faixa litorânea, e a pecuária (criação de vacas, cavalos, galinhas, etc.).

Essas terras apenas seriam plenamente colonizadas pelos portugueses após mais de um século e meio desde o início da chegada dos exploradores europeus, no século XVI. Esse período é denominado pela historiografia oficial como Guerra dos Tapuias, que compreendeu, na verdade, diversas guerras entre invasores e povos defensores de suas terras. Da Guerra dos Tapuias, é registrada, principalmente, a batalha do Rio Pajeú, que durou cerca de 30 dias, onde os Anacés avançaram contra os portugueses, que saíram derrotados.

Em 1863, o Governo Provincial decreta não haver mais índios no Ceará, alegando que os indígenas foram mortos ou fugiram, dessa forma, os territórios indígenas podiam ser usurpados. Mas o que ocorreu na verdade, foi que as populações indígenas, como estratégia de sobrevivência, optaram por ocultar sua identidade, sobretudo nos aspectos mais exógenos. Deixaram de falar a língua nativa e adotaram alguns elementos do catolicismo popular que se assemelhavam aos seus costumes religiosos. A partir de 1983, com ajuda da Pastoral Indigenista da Arquidiocese de Fortaleza, o Povo Tapeba, no município de Caucaia, declara-se indígena. Daí inicia-se um processo sistemático de luta pelo reconhecimento étnico, respeito às tradições, demarcação e homologação de território, acesso à saúde e educação diferenciadas, entre todos os povos indígenas.

De acordo com as estimativas da FUNAI, hoje existem, no Ceará, aproximadamente mil e duzentos índios Anacés, que totalizam 380 famílias (há possibilidades desses números serem bem maiores, mas as conclusões só poderão ser feitas após o levantamento previsto pelo órgão para esse ano). Os Anacés habitam nas áreas de Caucaia, onde estão presentes as comunidades

de Matões, Japuharas e Santa Rosa; e de São Gonçalo do Amarante, onde se encontram em maior número, entre as comunidades de Mangabeira, Pau-Branco, Salgado, Tabuleiro Grande, Boqueirão, Currupião, Baixa das Carnaúbas, Maceió do Rafael, Torém, Área Verde, Lagoa Amarela, Jereraú, Tocos, Chaves, Oiticica, Tapuio, Siupé e Bolso.

Existe atualmente uma mobilização desse povo em torno da reivindicação de parte das terras requeridas pelo CIPP, que atingem a região habitada pelas comunidades e também o cemitério indígena do Cambeba. De acordo com os moradores, documentos de 1651 e 1712 comprovam a presença Anacé na região, tendo o cemitério também surgido nesse período. Os indígenas não toleram a possibilidade de acabar com o Cambeba, alegando que "Lá estão [seus] ancestrais, [sua] história".

Imagine o quão grande é a ligação desse povo com suas terras, com suas origens, e como é enorme o impacto não só econômico como psicossocial da instalação de empreendimentos de monta sobre as comunidades da região. Pode-se ter uma idéia disso com o cordel de um dos moradores da região, o Sr. Joaquim Pereira Barros, Quincas Pereira, 84 anos:

“Um dia morreu um chefe / De uma febre tremenda / Reuniu-se as duas tribos / Numa grande choradeira / Enterraram o velho índio / Embaixo de uma pitombeira

Cercaram aquela cova / Com uma cerca de madeira / E com muita devoção / As velhas índias rezadeiras / rezavam por seu defunto / com saudade verdadeira.

O Sr. José Carneiro / era meu tetravô / aumentou o cemitério / crescendo para três lados / com cerca de pau a pique / foi bem conservado / neste mesmo cemitério / este homem foi enterrado”.

Estas frases que escrevi / São histórias verdadeiras / Narradas pelos Caetanos / e pela família Pereira / o Raposal do Coqueiro / E o Adão da Pitombeira”.

Tal citação representa um emblema vivenciado pelas comunidades, que já se encontram profundamente agredidas pelas interferências industriais, pois se traduzem na retirada de um espaço tão importante para este povo, repleto de representações sociais e heranças culturais tradicionais.

INTERVENÇÕES DA INICIATIVA PRIVADA E DO PODER PÚBLICO: A “TEORIA DA DERRAMA” PREVALECE

Na contemporaneidade, os povos indígenas vêm exigindo o direito de ser índio e de vivenciar o ser diferente, para tanto exigem do poder público a implantação de políticas públicas, que ganham notoriedade e são pautadas por esses segmentos da população, dentre outras: a regularização das terras, saúde e educação diferenciadas.

No âmbito cearense, verifica-se que apesar da existência de cerca de catorze etnias em 18 municípios, apenas em uma localidade a etnia Tremembé teve seu território demarcado e homologado. Desse modo, a pauta da demarcação das terras é uma das mais exigidas pelos povos indígenas. Praticamente todos os territórios indígenas sofrem, por falta da demarcação de suas terras, violação dos direitos humanos e tradicionais.

Quanto ao povo Anacé não é diferente, na verdade, diante da complexidade da situação instaurada no território habitado. O Complexo Industrial e Portuário do Pecém começa a ser viabilizado em meados da década de 90, no Governo Tasso Jereissati, em que destina uma área de 335 km², com o argumento de que seria naquela região do litoral o local mais adequado e estratégico para a construção de um dos maiores pólos de exportação de frutas e pescados do Brasil, sendo este um marco para o desenvolvimento econômico e social cearense.

Articulado ao CIPP, sobreveio o Decreto nº 24.032/96 de 6 de março de 1996, que declara de utilidade pública as terras localizadas nos municípios de Caucaia e São Gonçalo do Amarante para fins de desapropriação. Tal decreto visava garantir a ampliação do CIPP e a instauração de alguns empreendimentos: três termelétricas e uma siderúrgica movidas a carvão mineral, sem dúvida o mais poluente dentre os combustíveis fósseis. Tais obras exigem uma quantidade de água significativa, apesar da região aqui discutida não apresentar dificuldades com abastecimento de água, tanto para a população da cidade, quanto para a do campo. Dessa forma, demanda-se a Transposição do Rio São Francisco, que conforme o seu plano irá canalizar as águas recebidas para a região portuária do Pecém.

Desse modo, em 29 de maio de 1996, foi dado início às obras da construção do Terminal Portuário do Pecém. A referida obra foi para o governo o começo do desenvolvimento para os municípios de Caucaia e São Gonçalo do Amarante, pois se exaltava o crescimento da economia local e o quanto mudaria a qualidade de vida dos moradores, devido ao fato de serem ofertados empregos, capacitação e qualificação para os moradores, o que foi descartado anos mais tarde através de pesquisas feitas com as comunidades locais.

O governo inicia o processo de desapropriação através de uma Comissão de Desapropriação, que teve como primeira etapa identificar e cadastrar as famílias afetadas pela desapropriação, que viviam na localidade conhecida como Gregório, e com isso, avaliar juridicamente todo esse processo. Após o levantamento e medições das propriedades, foi feita a avaliação individual de cada imóvel, cadastro, pagamento das indenizações e elaboração do mapa fundiário, tal processo foi realizado no período de um ano.

A segunda etapa se deu com os reassentamentos rurais, nos quais se procurava utilizar técnicas de sensibilização, o que também não ocorreu, pois as famílias foram direcionadas e logo após levadas para áreas pouco produtivas e sem valor. Em relação à terra nua, observou-se a qualidade das terras, caracterizadas pelo seu uso e potencial de uso. Entre as terras avaliadas foram identificadas algumas terras de dunas, nas quais não se produzia nada, terras estas que foram destinadas à preservação ambiental.

A composição de valores técnicos foi baseada em uma pesquisa de preços de terras nas transações ocorridas nos últimos vinte anos na região, uma pesquisa cartorária nas agências bancárias locais, que concedem linhas de crédito aos produtores rurais, o que levou a Comissão a alguns parâmetros e valores. Para o Governo, o resultado desse trabalho foi a aceitação geral das indenizações e os que resistiam a esse processo eram rotulados de especuladores e que somente visavam ganhar dinheiro fácil do Governo.

As famílias moradoras das áreas utilizadas pelo CIPP foram reassentadas em outros locais na região do Pecém, onde foram construídos três reassentamentos rurais: Forquilha, Munguba, e Novo Torém. Tais ações foram feitas na localidade conhecida como Gregório, apenas uma perante a imensidão de terras que o Governo do Estado pretende desapropriar

ocasionando um conflito imenso entre o governo e a sociedade civil, principalmente por parte dos indígenas pertencentes à etnia Anacé.

Desse modo, percebe-se que grande parte do território historicamente ocupado pelo povo Anacé foi e vem sendo afetado por tais empreendimentos. Destaca-se que a lógica de desenvolvimento se enquadra na chamada “Teoria da Derrama”, que coloca tal desenvolvimento econômico como central para o progresso da sociedade e acima de quaisquer outros interesses. Entende-se que investindo nessa esfera, as manifestações da questão social são cessadas, uma vez que com o crescimento econômico, gera-se emprego, e dessa forma as mazelas sociais são sanadas de alguma forma.

Sabe-se que tal modelo desenvolvimentista há muitos anos vem sendo pautado no Brasil, e mesmo assim, as problemáticas sociais vêm se agravando, com índices crescentes de desemprego e subemprego, e ainda de trabalho informal se fazem presentes na realidade. A ideologia do progresso que se apresenta é perversa, pois desconsidera a cultura e as condições sociais do contexto local, além de ser pautada por órgãos internacionais, que vêem no Brasil chances reais de ampliar o capital, baseado na exploração indiscriminada tanto dos trabalhadores quanto dos recursos naturais, desrespeitando as legislações locais e recebendo investimentos públicos.

Quanto às políticas voltadas para a saúde e educação, que favorecem efetivamente o desenvolvimento social, se verifica que apesar de serem uma das maiores pautas de luta desse Povo, e de até existir representação própria no Conselho Municipal de Saúde de Caucaia, ainda não foram materializadas conquistas expressivas nessas áreas.

ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DA COMUNIDADE

A organização política das comunidades Anacé ocorreu em paralelo com a instalação do Complexo Industrial e Portuário do Pecém – CIPP. Uma das lideranças aponta que antes da criação do CIPP, a população não precisava se organizar, pois eles viviam com tranquilidade. No entanto, como afirma uma das lideranças locais, “após mexerem com o formigueiro”, a população teve que se organizar para defender os seus direitos.

O Conselho Indígena do Povo Anacé de São Gonçalo do Amarante e Caucaia (CIPASAC) e a Comissão da Terra são as duas organizações mais atuantes nas comunidades, ambas trabalhando no sentido de promover o envolvimento e fortalecimento do Povo, reivindicando pelos direitos referentes aos povos indígenas. Tais movimentos sociais traçam articulação com outras entidades e representações do movimento indígena em nível estadual e nacional, como por exemplo: o Ministério Público Federal, instituições religiosas e acadêmicas e organizações não-governamentais.

Constata-se também que a Comissão da Terra se constitui majoritariamente por mulheres que vem representando, desde o início, as comunidades Anacé residentes no município de São Gonçalo do Amarante. Sabe-se que na sociedade contemporânea prevalecem ainda características de uma cultura patriarcal, onde o espaço privado ainda é ocupado pelo gênero feminino, enquanto o público se destina ao gênero masculino. Dessa forma, apesar da importância dessa representação feminina, as relações desiguais de gênero se fazem presentes no interior do movimento. As mulheres indígenas têm dificuldades de se organizarem, tanto pela questão da superioridade política que vigora nos movimentos formados essencialmente por homens quanto pelo tempo despendido para o movimento, que é mais reduzido em relação aos homens, já devem se submeter a obrigações domésticas e maternais que as impedem de se dedicar e participar mais intensivamente.

Outro ponto identificado na comunidade se refere à ausência da juventude nos espaços políticos. As lideranças Anacé percebem que os jovens não vêm participando desses espaços, o que traz preocupação quanto à continuidade do movimento. Destaca-se que algumas iniciativas dentro do movimento estão sendo trabalhadas para o envolvimento do jovem, porém atualmente sobressai a preocupação com a permanência do povo na terra.

A Comissão da Terra encontra-se como movimento de vanguarda diante das problemáticas do povo Anacé, travando conflitos entre o que a comunidade almeja (demarcação de suas terras e reconhecimento de seus valores tradicionais) e o processo de desenvolvimento que é previsto para essa região.

Sabe-se que o processo acelerado de urbanização e desenvolvimento faz parte do processo de (re)produção econômica em que estamos inseridos, evidenciando o ponto ápice a que esta comunidade se depara. Trata-se de

altos investimentos propostos para aquela região, ficando de um lado os valores e costumes de um povo e de outro a possibilidade da derrocada destes em nome do tão conclamado progresso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considera-se que os maiores problemas enfrentados pelo povo Anacé são o descaso e a invisibilização da sua cultura, além da forma como o modelo desenvolvimentista hegemônico impõe uma ideologia de emprego e progresso que, no entanto, não atendem aos interesses locais. Exala-se, no entanto, a performance de um povo que resiste a tal contexto e tenta não sucumbir às imposições, mesmo diante de todas as artimanhas utilizadas pelos grandes empreendimentos. O contínuo acompanhamento da resistência e enfrentamento dessas comunidades nos mostrou o leque de possibilidades, nas dinâmicas de mobilização, articulação com entidades e movimentos sociais, formação política e, sobretudo, na defesa dos direitos humanos. Além disso, consideramos outro processo: o do aprendizado com essas comunidades que vivenciam um modo de vida diferenciado. Para tanto, o Estado e a sociedade civil deveriam se importar com a contribuição ambiental dessas comunidades, em virtude das populações indígenas nos apresentarem elementos tão relevantes como a ancestralidade, a espiritualidade, uma relação genuína com a terra, valores que são descartados na sociabilidade vigente.

(...) Tá o Ceará crescendo

O povo ganhando nome

Novas empresas surgindo

Mais o emprego se some

Porque quem não souber de nada

Vai ficar passando fome

Agora eu peço desculpa
Ao governo da nação
O senhor tem carro novo
Tem dinheiro, tem mansão
Mais eu digo com certeza
Que um dia na sua mesa
Pode um dia faltar o pão.

Seu da Mata

Poeta Anacé – Carnaúbas / Caucaia-CE

REFERÊNCIAS

Decreto n° 24.032/96, publicado no D.O.E. em 12/03/96.

ABREU, João Capistrano de. **Capítulos de História Colonial (1500-1800)**. Acesso em: 5 de novembro de 2010. Disponível em: <http://pt.wikisource.org/wiki/Capítulos_de_História_Colonial>.

ANDRADE, Joaquina Barata Teixeira de. Desenvolvimento Sustentado e Meio Ambiente. *In*: **Capacitação em Serviço Social e Política Social**. Brasília: NED/CEAD - Universidade de Brasília, 1999.

ARARIPE, Tristão de Alencar. **História da Província do Ceará: desde os tempos primitivos até 1850**. 2ª ed. Fortaleza: Tipografia Minerva, 1958.

CORREIA, Overlan G. **Taba dos Anacés**. Prefeitura Municipal de São Gonçalo do Amarante, 1997.

DIEGUES, Antônio Carlos. **O Mito Moderno da Natureza Intocada**. São Paulo: Hucitec, 1996.

FONSECA, Alexandre. **O povo Anacé e o complexo industrial e portuário do Pecém**. CIMI NE. Acesso em: 15 de agosto de 2010. Disponível em: <<http://www.cimi.org.br/?system=news&action=read&id=3718&eid=257>>

FILHO, Carlos Studart. **Notas históricas sobre indígenas cearenses**. In: Revista Trimensal do Instituto do Ceará. Ano XLV; 1931. Acesso em: 5 de novembro de 2010. Disponível em: <http://www.ceara.pro.br/Instituto-site/Rev-apresentacao/RevPorAno/1931/1931-NotasHistoricassobreIndigenasCearenses.pdf>

PASTORAL DO MIGRANTE. **Nunca desista, lute até o fim: construindo nossa história**.

RIGOTTO, Raquel Maria. **Desenvolvimento, Ambiente e Saúde: implicações da (des) localização industrial**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2008.

RODRIGUES, Maria do Socorro Costa; FILHO, Luciano Moreira de Sousa. **Pecém: uma trajetória portuária**. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2007.

SAID, Magnólia. **Transposição do Rio São Francisco – a outra margem da história**. Fortaleza: Expressão Gráfica Editora, 2009.

"Povo indígena Anacé declara sua identidade étnica no Ceará". Disponível em: <<http://www.adital.org.br/site/noticia2.asp?lang=PT&cod=8798>>. Acesso em: 15 de agosto de 2010.

"Grupo dos anacés será criado hoje". Disponível em: <<http://opovo.uol.com.br/app/opovo/economia/2010/07/22/Internaeconomia,2022721/grupo-dos-anaces-sera-criado-hoje.shtml>>. Acesso em 16 de agosto de 2010.